



Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Recibo do Protocolo

03/07/2017
08:22

IMPORTANTE: O resultado do seu requerimento deverá ser visualizado no e-CAC da PGFN (www.pgfn.gov.br).

Dados do protocolo:

Número do protocolo: 00482262017

Data de Registro: 03/07/2017 08:22

Nome: Município de Mogi Mirim

CPF / CNPJ: 45.332.095/0001-89

Unidade do protocolo: ARF Mogi Guaçu

Tipo da Dívida: Previdenciária

Serviço: Entes Federativos - MP 778/2017 - Requerimento de Adesão ao Parcelamento Especial da MP 778/2017

Documentação do Serviço:

MP 778/2017 - Demonstrativo de apuração da Receita Corrente Líquida do Ente Federativo - art. 53, I, LRF: Cópia Autenticada

MP 778/2017 - Discriminação de Débitos a Parcelar - Anexo II, da Portaria PGFN nº 645/2017: Cópia Autenticada

MP 778/2017 - Pedido de Parcelamento - Anexo I, da Portaria PGFN nº 645/2017: Cópia Autenticada

MP 778/2017 - Termo de Desistência de Parcelamentos Anteriores - Anexo III, da Portaria PGFN nº 645/2017: Cópia Autenticada

Requerimento(s) Pertencente(s) a este Protocolo:

Requerimento: 20170095027

Unidade da PGFN de entrada do requerimento: CAMPINAS

Endereço do requerente exclusivo para fins destes protocolos:

Logradouro: DR JOSE ALVES

Número: 129A

Bairro: centro

CEP: 13800-002

Cidade: MOGI-MIRIM

Estado: São Paulo

Telefone 1: (19) 3814-1068

Formulário assinado por:

Requerente: Município de Mogi Mirim

Representante legal signatário:

Nome: Carlos Nelson Bueno

CPF: 147.239.138-15

Avisos:

AVISO:
Considera-se notificado o requerente no momento do acesso ao resultado do requerimento.

* Para o acompanhamento da situação do protocolo/requerimento e ciência do resultado, o requerente e/ou procurador deverá acessar o e-CAC da PGFN (www.pgfn.gov.br) e, após o log n, acessar a opção "Consulta Protocolo/Requerimento", aba "Protocolo/Requerimento".

Documentação apresentada (legitimidade/serviço) com anexo eletrônico.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Adjuntoria de Gestão da Dívida Ativa da União e FGTS

ANEXO I
PEDIDO DE PARCELAMENTO

À Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional:

(Ente Federativo) MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 45.332.095/0001-89

, na pessoa de seu representante legal, com base na Medida Provisória nº 778, de 16 de maio de 2017, REQUER o parcelamento dos débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativos às contribuições sociais de que trata a alínea "a" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e respectivas obrigações acessórias, bem como dos débitos relativos a contribuições devidas por lei a terceiros, vencidos até 30 de abril de 2017, conforme discriminativo de débitos em anexo, por meio de pagamento à vista de 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento), sem reduções, em até 6 (seis) parcelas iguais e sucessivas, vencíveis entre julho e dezembro de 2017, e pagamento do restante da dívida consolidada em até 194 (cento e noventa e quatro) parcelas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 25% (vinte e cinco por cento) do valor relativo às multas de mora, de ofício, isoladas e dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios, e de 80% (oitenta por cento) do valor relativo aos juros de mora.

Declara expressamente estar ciente de todos os termos e condições previstos na Medida Provisória nº 778, de 2017, e da respectiva regulamentação e, especialmente, que:

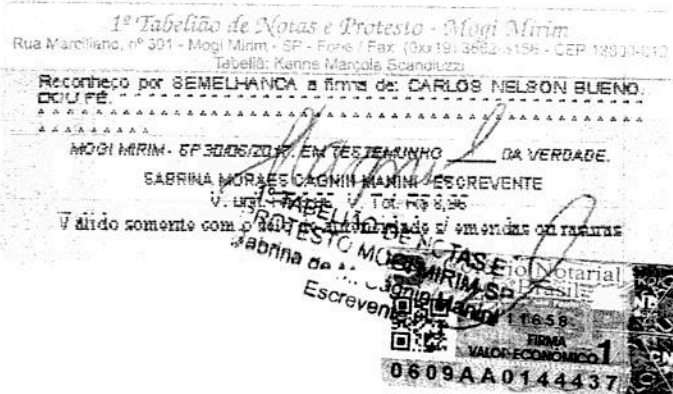
- 1 – A adesão ao parcelamento implica autorização para que os valores referentes às prestações do parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 778, de 2017, sejam retidos no Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e repassados à União;
- 2 – Até que seja implementada pela PGFN a sistemática de retenção e repasse dos valores referentes às prestações do parcelamento do FPE ou FPM, deverá acessar mensalmente o e-CAC PGFN, para acompanhamento da situação do parcelamento e emissão de DARF para pagamento do valor à vista e das parcelas, dentro do prazo de vencimento;
- 3 – Não havendo saldo suficiente no FPE ou FPM para retenção dos valores ou na impossibilidade de sua retenção, o valor devido deverá ser recolhido por meio de DARF emitido através do e-CAC PGFN;
- 4 – O presente pedido importa em confissão extrajudicial irrevogável e irretratável da dívida, nos termos dos arts. 389 e 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

MOGI MIRIM, 03 de julho de 2017.


Assinatura do Representante legal ou Procurador

Nome (de quem assina): CARLOS NELSON BUENO

CPF: 147.239.138-15 Telefone: (19) 3814-1068





Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Adjuntoria de Gestão da Dívida Ativa da União e FGTS

ANEXO II

DISCRIMINAÇÃO DE DÉBITOS A PARCELAR PERANTE A PGFN

ENTE FEDERATIVO: MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

CNPJ: 45.332.095/0001-89

O ente federativo acima identificado solicita o parcelamento da totalidade de seus débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, passíveis de inclusão no parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 778, de 16 de maio de 2017, inclusive aqueles para os quais houve solicitação de desistência de parcelamento anterior e/ou discussão judicial?

☐ Sim

☒ Não

Caso seja assinalada a opção "NÃO", indicar pormenorizadamente os débitos a serem incluídos no parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 778, de 2017:

DEBCAD/INSCRIÇÃO	DEBCAD/INSCRIÇÃO	DEBCAD/INSCRIÇÃO	DEBCAD/INSCRIÇÃO
12.407.165-1			

O ente federativo acima identificado solicitou o parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 778, de 2017, relativo a débitos sob responsabilidade de suas autarquias e fundações públicas?

☐ Sim

☒ Não

Caso seja assinalada a opção "SIM", o ente federativo acima identificado deverá apresentar declaração, assinada pelo representante legal da autarquia ou fundação pública, na forma do Anexo IV desta Portaria.

O ente federativo acima identificado solicitou o parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 778, de 2017, relativo aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil?

☒ Sim

☐ Não

MOGI MIRIM, 03 de julho de 2017.



Assinatura do Representante legal ou Procurador

Nome (de quem assina): CARLOS NELSON BUENO

CPF: 147.239.138-15 Telefone: (19) 3814-1068

1º Tabelião de Notas e Protesto - Mogi Mirim
Rua Marquês, nº 391 - Mogi Mirim - SP - Fone / Fax: (0xx19) 3582-3112 - CEP 13500-000
Tabelião: Karine Marçola Scanduzzi
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de: CARLOS NELSON BUENO.
DOU FE

MOGI MIRIM - SP 30/06/2017. EM TESTEMUNHO DA VERDADE DE NOTAR E
FABRINA MORAES CAGNIN MANTINI, ESCRITÁRIA TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO MOGI MIRIM SP
V. Unit. R\$ 8,95 V. Tot. R\$ 8,95
Válido somente com o selo de autenticidade e/ou verificação de M. Cagnin Mantini
Escrevente

SICOB

CPARESP

DATAPREV - INSS

CPARESP

SISTEMA DE COBRANCA

13/06/17

CONSULTA DADOS PARCELAMENTOS ESPECIAIS

13:56:29

Debito 22.407,165-1

DEVEDOR: 45.332.095/0001-89 MUNICIPIO DE MOGI MIRIM

MODALIDADE: PGFN - LEI 10.522/2002 ORD ORGAO PUBLICO UNIDADE GESTORA: 986717

GEX-APS: 21-040-020 COBRANCA VIA RETENCAO FPM PARC:61 550 233 4

REQUERIMENTO	PRINC.ATLZ	1.162.203,04	POUPANCA	0,00
04/02/2016	T R	0,00	IPC	0,00
	JUROS MORA	0,00	TJLP CONS	0,00
DEFERIMENTO	SELIC	75.543,20	HONORARIOS	147.018,68
17/02/2016	MULTA MORA	232.440,60	SUB TOTAL	1.617.205,52
	MULTA ACRES	0,00	SELIC ENCARG	272.822,57
RETENCOES	INPC	0,00	SALDO	1.890.028,09

QTDS: ATIVOS: 1 LIQUID: 0 EXCL: 0 TOTAL 1

DETALHAMENTO MULTA: VIDE PARC WEB

ATUALIZADO EM: 13/06/2017 SALDO GERAL SITUACAO: ATIVO/EM DIA

1-GERAL 2-O.PUB 3-PUB/MISTA 4-AUT/FUND PROXIMA TELA

F inalizar P rincipal M odulo A nterior

MULTA MORA=MORA: 232.440,60+M.OFICIO: 0,00+M.ISOLADA: 0,00

Comp. 07/2015



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Adjuntoria de Gestão da Dívida Ativa da União e FGTS

ANEXO III

DESISTÊNCIA DE PARCELAMENTOS ANTERIORES PERANTE A PGFN

ENTE FEDERATIVO/AUTARQUIA/FUNDAÇÃO PÚBLICA: MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM


CNPJ: 45.332.095/0001-89

Para fins de inclusão dos débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativos a contribuições sociais de que tratam as alíneas "a" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e respectivas obrigações acessórias, bem como dos débitos relativos a contribuições devidas por lei a terceiros, vencidos até 30 de abril de 2017, no parcelamento do que trata a Medida Provisória nº 778, de 16 de maio de 2017, o ente federativo/autarquia/fundação pública acima identificado declara que DESISTE da(s) modalidade(s) de parcelamento abaixo assinalada(s):

1. ☐ REFIS - Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 (a desistência abrangerá todos os débitos previdenciários incluídos no parcelamento, sob controle da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN);
2. ☐ PAES - Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (a desistência abrangerá todos os débitos previdenciários incluídos no parcelamento sob controle da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN);
3. ☐ Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - art. 1º;
4. ☐ Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - art. 3º;
5. ☐ Reabertura da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - art. 1º;
6. ☐ Reabertura da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - art. 3º;
7. ☐ Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013 (a desistência abrangerá os débitos previdenciários sob controle da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN);
8. ☐ Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014 - PGFN - Débitos Previdenciários;
9. ☒ Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 - DEBCAD/INSCRIÇÃO nº 12.407.165-1;
10. ☐ PRT - Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017 - PGFN - Débitos Previdenciários.
11. ☐ Outro. Especificar o parcelamento: _____

Declara, ainda, estar ciente de que o presente pedido importa em desistência total do(s) parcelamento(s) assinalado(s) acima.

MOGI MIRIM, 03 de julho de 2017.


Assinatura do Representante legal ou Procurador

Nome (de quem assina): CARLOS NELSON BUENO

CPF: 147.239.138-15 Telefone: (19) 3814-1068

1º Tabelião de Notas e Protesto - Mogi Mirim
Rua Marcelliano, nº 301 - Mogi Mirim - SP - Fone: (0xx19) 3852-3116 - CEP 13800-012
Tabelião: Karine Marcolli Scanduzzi

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de: CARLOS NELSON BUENO.
DOU FE.

MOGI MIRIM - SP 30/06/2017 EM 12 DE JULHO DA VERDADE.

SABRINA MORAES CAGLIARI, ESCRIVENTE
V. unit. R\$ 8,36

Valido somente com o selo de autenticidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional





MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º Bimestre de 2016


ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16		
RECEITAS CORRENTES (I)	32.413.562,76	37.028.473,89	31.196.227,78	26.489.967,10	27.990.759,64	24.593.397,56	25.075.773,92	26.873.132,67	23.420.970,37	24.903.141,04	28.045.332,81	36.742.465,61	344.773.205,15	367.543.000,00
Receita Tributária	3.857.434,51	15.085.233,28	6.163.483,81	6.075.173,41	5.563.411,91	5.238.296,67	4.860.396,97	5.147.739,47	4.870.597,99	5.038.723,32	4.354.574,29	6.262.285,25	72.517.350,88	84.086.000,00
Receita de Contribuições	488.162,03	1.033.913,89	552.943,23	597.453,44	573.112,14	598.635,64	578.968,55	617.301,25	672.870,96	588.785,37	561.727,69	594.652,34	7.459.526,53	6.800.000,00
Receita Patrimonial	115.728,74	364.298,33	118.426,12	328.389,93	287.998,25	230.137,50	162.032,57	175.286,55	149.876,34	151.973,33	88.282,45	203.421,89	2.375.852,00	1.440.000,00
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	1.788.435,80	1.696.070,08	2.720.172,11	2.323.305,48	2.716.535,81	2.735.113,57	2.572.575,71	2.777.563,18	2.783.842,71	2.632.024,18	2.881.727,43	2.831.249,48	30.458.615,54	28.409.000,00
Transferências Correntes	24.319.144,02	17.175.425,61	20.216.007,63	15.336.402,53	17.908.421,94	14.832.049,51	16.096.368,66	16.914.613,34	14.071.856,90	15.855.161,62	19.186.053,39	22.468.949,61	214.380.454,76	229.027.654,00
Outras Receitas Correntes	1.844.657,66	1.673.532,70	1.425.194,88	1.829.242,31	941.279,59	958.164,67	805.431,46	1.240.628,88	871.925,47	636.473,22	972.967,56	4.381.907,04	17.581.405,44	17.780.346,00
DEDUÇÕES (II)	- 3.449.700,41	- 2.385.673,76	- 2.723.430,95	- 1.950.276,94	- 2.404.034,31	- 1.901.309,08	- 1.912.936,46	- 2.212.212,36	- 1.794.667,98	- 2.085.882,11	- 2.517.301,80	- 2.794.197,21	- 28.131.623,37	- 30.637.000,00
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrib. Empregadores e Trab. para Seg. Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrib. para o Custeio das Pensões Militares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições para PIS/PASEP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PASEP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	28.963.862,35	34.642.800,13	28.472.796,83	24.539.690,16	25.586.725,33	22.692.088,48	23.162.837,46	24.660.920,31	21.626.302,39	22.817.258,93	25.528.031,01	33.948.268,40	316.641.581,78	336.906.000,00

FONTE: CEBI


CARLOS NELSON BUENO
 PREFEITO MUNICIPAL


ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS


OSIEL WIEZEL DA SILVA
 RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO


LEONARA MARIANO FERREIRA
 CONTADORIA - ISP24791510-8